

RELAÇÕES DE VIZINHANÇA NO ÂMBITO DA INTEGRAÇÃO
SUL-AMERICANA: O CASO BRASIL – BOLÍVIA

Vivian Fernanda Mendes Merola
Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo
Avenida Prof. Lineu Prestes, 338. Cidade Universitária.
CEP 05508-000 São Paulo
vfmerola@usp.br

Palavras-chave: Bolívia, América do Sul, Integração, Migração, Fronteira

1. Introdução

No atual cenário de integração sul-americana¹, compreender a natureza das relações existentes entre os países desse subcontinente é, evidentemente, um tema de grande relevância, e destacar alguns desses casos poderá contribuir para uma melhor visão desse processo. Os diversos eventos em curso demonstrarão que o sucesso ou fracasso da integração regional dependerá, em grande parte, das relações de vizinhança entre os países que têm sido seus principais protagonistas. É sob essa perspectiva que este trabalho examinará a evolução e a situação atual das relações entre Brasil e Bolívia.

Existem alguns fatores históricos e contemporâneos expressivos que nos fazem dedicar especial atenção às relações entre eles. Primeiramente é importante destacar os quase dois séculos de relações históricas, que sempre foram marcados por eventos que refletiram situações de estabilidade e instabilidade entre os vizinhos.

Entre os dois países, temos a maior fronteira terrestre nas relações de vizinhança do Brasil, com uma extensão de 3.423,20 km, dividida em três partes: porção Norte, que começa na foz do Yaverija, ponto tripartite Brasil-Bolívia-Peru, até o rio Madeira (Estados do Acre e Rondônia, no Brasil, e Departamento de Pando, na Bolívia); porção Central, que se inicia na região dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé (Estados de Rondônia e Mato Grosso, no Brasil, e Departamentos de Beni e Santa Cruz, na Bolívia); e, finalmente, porção Sul: desde a foz do rio Verde (no rio Guaporé) até a Baía Negra (no rio Paraguai), ponto tripartite Brasil-Bolívia-Paraguai (Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no Brasil, e Departamento de Santa Cruz, na Bolívia).

Como veremos adiante, nessa grande extensão fronteiriça, ocorreu, na primeira metade do século XX, a integração física desses territórios pela construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, que liga a região central do estado de São Paulo, a partir de Bauru, até a fronteira com a Bolívia em Corumbá, Mato Grosso do Sul, fazendo integração com a rede ferroviária boliviana até Santa Cruz de la Sierra. Outra experiência de interligação ferroviária foi a construção, também no início do século XX, da ferrovia Madeira – Mamoré que deveria ajudar a Bolívia no escoamento de sua produção de borracha através dos rios Madeira e Solimões.

Esta breve descrição da antiga integração física indica a relativa porosidade existente nessa zona de fronteira, que se acentuou ao longo do século XX, com as

¹ O processo de integração sul-americana vem sendo estudado por vários pesquisadores, como exemplo, pode-se citar os trabalhos publicados pela Fundação Alexandre Gusmão. Ainda sobre esse processo, ver Costa, Wanderley Messias. “O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração”. In: Rizzo, Eliézer (org). Segurança e Defesa Nacional: da Competição à Cooperação. São Paulo: Memorial da América Latina, 2007.

primeiras migrações de seringueiros brasileiros para o território boliviano e de bolivianos para o Brasil.

Outro aspecto relevante neste estudo são os acontecimentos históricos envolvendo os dois países que resultaram, no início do século XX, nas negociações que culminaram na aquisição do território do Acre pelo governo brasileiro, um fato que, ao lado de outros como a Guerra do Pacífico, até hoje evoca manifestações de desgosto por parte dos bolivianos.

Com vista no cenário atual, é importante compreender essas relações, uma vez que a Bolívia ocupa uma posição geopolítica de destaque no subcontinente americano² e estratégica na logística sul-americana, conforme já apontava Travassos em seu livro “A projeção continental do Brasil”, publicado em 1935.

Atualmente, apesar da Bolívia não ser um país membro pleno do Mercosul, aparecendo apenas como país associado, a intensificação dessas relações de vizinhança pode ser considerada uma perspectiva positiva para ambos.

Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo destacar as relações, com predomínio das conflituosas, que se processam na zona de fronteira e em outras regiões, cujos desdobramentos têm sido observados em várias dimensões, algumas das quais com possibilidade até de comprometer não apenas as relações bilaterais, mas também a integração regional como um todo. Abaixo se encontram relacionados os principais acontecimentos atuais envolvendo esses dois países.

- Nacionalização, por parte do governo boliviano, das reservas e atividades de exploração e refino de petróleo, anteriormente desenvolvidas pela Petrobrás, que negociam novos termos da sua presença em meio aos impactos da decisão boliviana, a qual culminou na ocupação das instalações da empresa por tropas do exército;
- Os conflitos na Zona de Fronteira, localizados ao sul, decorrentes da forte presença de fazendeiros brasileiros – em geral sojicultores – no Departamento de Santa Cruz³;
- O conflito localizado ao Norte da Zona de Fronteira que está relacionado à intensificação da expansão de agricultores e pecuaristas brasileiros na área da Tríplice Fronteira (Brasil-Bolívia-Peru), um fluxo que parte principalmente de Brasiléia e Assis Brasil, no estado do Acre, para a direção de Cobija (Bolívia) e Pucalpa/Ibéria (Peru).

Frente ao que foi colocado nesta introdução, este estudo busca compreender a natureza, a estrutura e a dinâmica das relações entre o Brasil e a Bolívia, com ênfase nas relações de vizinhança atuais. Numa perspectiva, especificamente, da geografia política, da geopolítica e da geografia regional, essas relações deverão ser territorializadas tomando por base as porções do território de ambos os países que integram a extensa e larga zona de fronteira e suas projeções em cada país.

² Sob este aspecto destaca-se a posição relevante da Bolívia (ao lado do Paraguai) para a rede de circulação terrestre sul-americana, sobretudo, no que se refere aos corredores bi-oceânicos. Essa posição está refletida nos diversos projetos integrantes do IIRSA – Iniciativa de Integração da Infra-estrutura da América do Sul –, que pretende implantar uma logística para toda a região, envolvendo todos os modais de transporte.

³ Existe a denúncia, oriunda de alguns setores do governo boliviano, de que os sojicultores que atuam na região de Santa Cruz estariam envolvidos politicamente nos movimentos separatistas, também conhecidos como autonomistas, desse e dos demais departamentos das terras baixas da banda oriental do país.

2. Contexto atual da Bolívia e do Brasil

2.1. A Bolívia hoje

No plano da política externa, as questões que marcaram a Bolívia desde 1985 foram a do narcotráfico e a da forte pressão norte americana para coibir as plantações de coca. As relações entre esses dois países foram muitas vezes chamadas de “cocalização”. O processo permitiu uma forte intervenção militar, econômica e política por parte dos Estados Unidos, que deram inúmeros incentivos financeiros às regiões tradicionalmente produtoras da folha de coca, como o Chapare (zona tropical úmida de Cochabamba), para melhoria das condições de vida, investindo pesadamente em eletrificação rural, construção de estradas e investimentos agropecuários. Contudo é necessário destacar que a plantaçao de coca tem para os bolivianos uma raiz cultural, fez parte de rituais religiosos dos incas e é amplamente utilizada pelas comunidades indígenas tradicionais como anestésico, na forma de chás com poder calmante. Desta forma, sob o ponto de vista cultural, o extermínio das plantações de coca é muito mal recebido pelos bolivianos.

Os produtores de coca já se configuram como um movimento politicamente organizado, sendo que a principal expressão desta organização é o MAS – Movimento ao Socialismo –, partido político formado para defender os interesses desses atores nos centros de poder. O MAS conseguiu sua máxima visibilidade na cena política boliviana nas eleições presidenciais de 2005, elegendo Evo Morales Aima, índio *aymará*, produtor de coca da região do Chapare e filiado do partido. Antes de ser presidente, ele já atuara como dirigente sindical e deputado.

Basicamente, as idéias norteadoras, tanto do MAS quanto de Evo Morales, são o anti-imperialismo e a retomada do Estado como o protagonista em setores estratégicos da economia, como hidrocarbonetos e gás natural.

Na verdade, acentua-se nos dias de hoje uma tendência antiga de se configurarem “duas Bolívias”. Uma branca, ocidentalizada, cuja língua é o castelhano e a minoria da população total; e outra indígena, tradicional, que mantém viva suas culturas e línguas – quéchuas e *aymará* – e que representa a maioria do povo boliviano. É esta expressiva parcela da população que decidiu romper a ordem imposta pelos brancos há séculos e iniciou as mudanças de rumos políticos, escolhendo para presidente em 2005, Evo Morales.

Em contrapartida a essa Bolívia – majoritariamente indígena e dos altiplanos, que se articula, protesta e que também elege o novo presidente –, existe a Bolívia branca, liderada por uma casta de grandes empresários, politicamente conservadora e que está geograficamente distribuída nos Departamentos de Santa Cruz, Tarija e Beni, onde atuam politicamente através dos comitês cívicos e câmaras empresariais criadas para discutir e se mobilizar no cenário político nacional e regional. O setor dos agroindustriais são os que mais se utilizam destes mecanismos, até pelo fato de serem beneficiados pelo recente ciclo de expansão das exportações de soja e derivados, bem como pelo crescimento da agricultura algodoeira e da pecuária bovina.

Esta região da elite boliviana, marcada pela presença de sojicultores e agroindustriais em geral, é chamada de “*Media Luna*” e também é ocupada por minorias indígenas, sobretudo da etnia guarani, que tradicionalmente são índios das terras baixas, que vêm reivindicando a redistribuição dessas terras, num movimento muito semelhante ao brasileiro, o *Movimiento Sin Tierra (MST)*.

O grande descontentamento frente ao momento político atual, iniciado desde a queda do Presidente Sanchez de Lozada, acompanhado de grandes manifestações sociais indígenas em La Paz e emergência de Evo Morales à presidência, seguido pela nova proposta de constituição política do Estado, vem

gerando na elite conservadora da “*Media Luna*” um forte desejo separatista representado pelo movimento de autonomia e autodeterminação “*nación camba*” de Santa Cruz.

O crescimento econômico desta porção oriental do território boliviano é, sem dúvida, inegável, pois um terço do PIB boliviano advém desta região. Santa Cruz, por exemplo, encarrega-se de 25% da arrecadação tributária nacional e de 60% das exportações. Tais estatísticas conferem ao oriente boliviano a possibilidade de forte articulação política.

O gás natural da Bolívia configura-se como um grande impasse para o governo, pois tecnicamente este país não apresenta condições de atuar no ciclo produtivo que o envolve mesmo com a reativação e os inúmeros investimentos na Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, YFPB. Em contrapartida, a política do governo atual visa a resgatar o Estado-empresário e a retirar das mãos de investidores estrangeiros a atribuição de investir em setores estratégicos, como o gás natural e os hidrocarbonetos. Neste sentido, a nacionalização das reservas de gás e a retirada de capitais externos da cadeia produtiva foram medidas que corroboraram com as políticas praticadas pelo governo. As atuais manchetes de jornal sinalizam para o não cumprimento dos termos originais dos contratos firmados entre a Bolívia, o Brasil e a Argentina, o que evidencia uma crise de transição na gestão desses recursos pelo governo.

Além do gás natural, outros temas expressam grande efervescência no cenário político interno e externo. É o caso da proposta da nova “*Constitución Política del Estado*”, que gerou no oriente boliviano profundo descontentamento, sobretudo pelos aspectos vinculados à propriedade fundiária, uma vez que a idéia do governo é proibir a venda e ocupação das terras na chamada zona de fronteira, local onde se concentram grandes empresários da agroindústria, inclusive brasileiros que investem pesadamente nesta região. Outro ponto de desavença reside na proposta de reforma agrária com o intuito de beneficiar os índios das terras baixas. Esse desconforto acentua cada vez mais a busca por autonomia dos departamentos que compõem a “meia lua”.

2.2. A Bolívia e seus vizinhos

Com derrota na Guerra do Pacífico (1879 – 1883) para o Chile e conseqüente perda de sua saída para o mar, a Bolívia viu-se cercada por cinco países, sendo dois deles potências regionais (Brasil e Argentina). As relações com esses países são, em geral, pacíficas, à exceção do Chile, país que ainda gera sentimentos amargos no povo boliviano.

Com relação ao Peru, além de uma fronteira extensa, também divide com este o lago Titicaca, que é para ambos os países uma importante reserva de água. Esta fronteira apresenta grande porosidade devido ao altíssimo fluxo de pessoas e forte herança cultural advinda do processo de colonização.

Como já foi mencionado, o país conta também com fronteira de mais de 3.400km com o Brasil, que no passado funcionou como contenção da expansão lusitana, e hoje vem intensificar o processo de integração binacional física e econômica, com o desenvolvimento de projetos, como o gasoduto e os eixos rodoviários, que permitem a acessibilidade dos bolivianos ao território brasileiro, além das questões energéticas que exigem da Bolívia boas relações diplomáticas com o Brasil.

Na fronteira com o Paraguai, a região do Chaco é despovoada, mas abriga em seu subsolo importantes recursos energéticos, como petróleo, todavia cabe destacar que este recurso ainda é importado de outros países.

Na porção sul do território boliviano, encontra-se a fronteira com a Argentina, região que guarda inúmeras semelhanças culturais, como as tradições indígenas diversas. Finalmente, a fronteira com o Chile na qual, apesar da história de contenciosos, há hoje um claro processo de dinamização, na medida em que a produção boliviana é, basicamente, escoada pelos portos de Antofagasta, Iquique e Arica.

Na condução da política externa, a Bolívia vem, devido à atuação de Evo Morales, afastando-se de uma política unilateral concentrada nos Estados Unidos e, aos poucos, firma suas alianças com países como a Venezuela, o Brasil e, devido a uma confluência de fatores positivos, aproxima-se timidamente do governo da presidente do Chile, Michelle Bachelet, na tentativa de buscar novas soluções para o contencioso mais antigo entre países latino-americanos com duração de 121 anos⁴.

De acordo com Morales, “O Estado boliviano nunca desenvolveu uma política internacional coerente”⁵. Historicamente, a Bolívia focou sua política externa nos países europeus, desprezando continentes como a Ásia e a África e voltando-se mais ao continente americano, sobretudo com uma orientação unilateral centrada nos Estados Unidos da América, ignorando, muitas vezes, a América Central. Segundo ele, esse modelo de política externa boliviana encontra sua raiz na elite branca, de origem espanhola, que governou a Bolívia durante séculos.

Com a nova forma de organização econômica baseada na formação de blocos regionais e nas mudanças políticas em curso na Bolívia, surgem a necessidade e a possibilidade de diálogo entre os vizinhos do subcontinente, permitindo o desenvolvimento de uma política externa de alcance regional.

2.3. O Centro-Oeste brasileiro hoje

A expansão da fronteira agrícola rumo ao Oeste só foi possível pela forte presença do governo brasileiro, que promoveu inúmeras políticas de incentivo financeiro e tecnológico, além da criação de centros de pesquisa voltados para a agricultura. Com as inovações tecnológicas, o que era impossível deixou de ser e a agricultura no cerrado brasileiro virou realidade, atraindo sulistas e paulistas que se viam impossibilitados de expandir a produção nas áreas tradicionais de cultivo. A organização desses produtores deu-se pela formação de cooperativas que já atuavam em seus estados, abrindo novas filiais no cerrado. Conforme expõe Diniz,

“Parte deste processo ficou conhecido como ‘gauchização’ da fronteira agrícola brasileira, havendo transferência não só de conhecimentos técnicos e habilidades, como também valores culturais, a exemplo da reprodução dos CTG’s (Centros de Tradições Gaúchas) em várias localidades na região do Cerrado” (Diniz, 2006, 94)

O expressivo crescimento da agroindústria impulsionado pela forte presença da agricultura e pecuária no centro-oeste também exige uma contextualização, pois apesar de historicamente existirem algumas indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas, como erva-mate e charqueado, na atualidade elas ganharam nova roupagem tecnológica e contam com o uso de mão-de-obra mais qualificada. O que se coloca como mais expressivo nesse processo é a mudança no perfil dessas indústrias, que agora são, majoritariamente, de grande porte, pertencentes a grandes

⁴ Ver Maira, Luis. “Perspectivas das relações entre Chile e Bolívia”. In Revista DEP: Diplomacia Estratégia e Política, n° 05 (janeiro/março/2007), Brasília: FUNAG, pp 40 – 56

⁵ Ver Morales, Evo. “Bolívia, fator de integração”. In. Revista DEP: Diplomacia Estratégia e Política, n° 04 (abril/junho/2006), Brasília: FUNAG, pp 16 – 27.

grupos internacionais e atuam no processamento da soja, difusão de frigoríficos e complexos sucroalcooleiros.

Podemos apontar dois fatores que aparentemente são distintos, mas que se complementam e permitem desenvolvimento desta região: a expansão da fronteira agrícola e a construção de Brasília.

Recentemente, além das importantes funções econômicas e agroindustriais que o centro-oeste vem cumprindo no cenário nacional, ele é uma das peças-chave no processo de integração sul-americano, assim como a Bolívia, ocupa uma posição estratégica na integração física do subcontinente. No IIRSA, Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-americana, por exemplo, três de seus projetos são de especial importância para o centro-oeste brasileiro, pois permitirão o escoamento da produção regional, sobretudo da soja, para os portos do Pacífico e posterior comercialização com os mercados asiáticos. Um deles é o Eixo bi-oceânico, que ligará São Paulo aos portos do norte chileno, passando por Mato Grosso do Sul e Santa Cruz; outro importante Eixo é o Brasil – Bolívia – Peru e, por fim, o Eixo da Hidrovia Paraguai – Paraná.

3. As relações de vizinhança Brasil-Bolívia

Conforme já citado no início deste trabalho, as relações de vizinhança que envolvem esses dois países são históricas e, no cenário atual, elas revelam grande importância para o futuro da integração subcontinental. Nesse sentido, cabe retroagir na história dessas relações buscando recuperar aspectos como o Tratado de Petrópolis, a construção da Noroeste do Brasil, assim como analisar a atual dinâmica da zona de fronteira. É certo que, ao tratarmos das questões de fronteiras, procuraremos trazer ao debate aspectos relacionados à migração, uma vez que constata-se um aumento do fluxo de bolivianos para o Brasil e vice-versa a partir do final do século passado.

3.1. A aquisição do Acre e a integração ferroviária

Reafirmando uma idéia já desenvolvida em momento anterior do presente trabalho, o oriente boliviano ficou durante muitos anos à margem dos acontecimentos vividos no Altiplano, o que gerou forte sensação de isolamento. Tal fato explica, parcialmente, a formação da “Media Luna” boliviana. Já no início do século passado, existiam entre os bolivianos desta região intenções separatistas, agravadas e vivenciadas na atualidade. Tal situação acentuou a interação desta região com o Brasil e Argentina.

Como vimos, ainda, a fragilidade boliviana, no que diz respeito à sua coesão nacional e territorial, ocasionou a perda quase que ao mesmo tempo de três regiões de seu Estado, a saber: o litoral do Pacífico para o Chile, o Chaco Boreal para o Paraguai e a região do Acre para o Brasil.

Com o início do ciclo da borracha entre o final do século XIX e início do XX, a região norte do Brasil atraiu milhares de migrantes que foram trabalhar nos seringais. A disseminação dos chamados seringueiros pelo território de floresta amazônica acabou alcançando inclusive as áreas que se encontravam fora da fronteira brasileira e, desta forma, foi ocupado o território acreano que até então pertencia à Bolívia desde os tratados de limites assinado em 1867. Devido ao fato da região apresentar difícil acesso, a ocupação quase não existia nessas terras, com pouquíssimos bolivianos. Assim, quando o governo deste país tomou conhecimento do que vinha se passando nessa porção do território, enviou, imediatamente, tropas do exército.

A obtenção do Acre deu-se, oficialmente, pela assinatura, em 1903, do Tratado de Petrópolis, pondo fim às disputas entre os dois países. Como parte da negociação, o país pagou, pelo Acre, ao governo boliviano uma indenização de 2

milhões de libras esterlinas, além de se comprometer com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, que seria usada para o escoamento, via oceano Atlântico, da borracha produzida na Bolívia. A referida ferrovia foi construída entre 1907 e 1912 às custas de inúmeras vidas, mas nunca operou regularmente por não terem construído os canais fluviais necessários para o escoamento da produção. Além disso, com o fim do ciclo da borracha, os interesses de integração física concentraram-se ao sul da fronteira, dando origem a novos projetos que visavam a oferecer à Bolívia uma saída pelo Atlântico via Porto de Santos. É nesse contexto que surge a Estrada de Ferro Corumbá – Santa Cruz, que fez ligação com a Ferrovia Noroeste do Brasil e contou com os recursos previstos no Tratado de Petrópolis que inicialmente seriam destinados integralmente à construção da Ferrovia Madeira-Mamoré.

A Noroeste do Brasil foi de extrema importância no processo da integração física subcontinental, o início de sua construção foi em 1905. Seu traçado iniciava na cidade de Bauru/SP, seguindo em direção ao Noroeste. Em 1910 cruzou o Rio Paraná, em seguida no ano de 1914 atingiu Porto Esperança, à beira do Rio Paraguai e chegou a Corumbá, na divisa com a Bolívia em 1952.

O fato da Noroeste do Brasil, via Mato Grosso do Sul, terminar em Corumbá constitui uma evidente estratégia geopolítica, expressando, desta forma, a intenção política brasileira de estabelecer conexões físicas com a região que Travassos denominava de “centro geográfico de nossa massa continental” (Travassos, 1935, 175). Nesta perspectiva geopolítica desenvolvida no Brasil, estava sinalizada a importância política dessa iniciativa, assim, “deve ser particularmente enfatizada a circunstância de que as grandes obras de ampliação e conclusão da Noroeste, ocorridas depois da Guerra do Chaco relacionaram-se mais diretamente com a política exterior então seguida pelo Estado brasileiro” (Queiroz, 1999, 183).

Após o fim da Guerra do Chaco, a Bolívia saiu profundamente prejudicada e buscou novas alianças com a Argentina e o Brasil, sendo que com este último negociou duas formas de integração/cooperação bilateral. Uma foi pela via do petróleo boliviano, que poderia, a partir de investimentos brasileiros, ser exportado para o Brasil, que já dava os primeiros sinais de dependência energética. A outra via seria pela integração física, também contando com investimentos brasileiros, com a construção de uma ferrovia que interligasse Santa Cruz de la Sierra a Corumbá. Dessa forma, o escoamento da produção boliviana poderia ser feito via Porto de Santos, aproveitando-se a Noroeste do Brasil. Beneficiando-se da reestruturação política vivida pela nação boliviana, o Brasil assinou, em 25 de fevereiro de 1938, na cidade do Rio de Janeiro, o Tratado sobre Ligação Ferroviária, que tinha um caráter de cooperação econômica entre os países envolvidos, sendo que o Brasil faria adiantamentos para cobrir gastos excedentes, a serem reembolsados pela Bolívia em dinheiro ou em petróleo (Queiroz, 1999, 188). Foi neste mesmo tratado que ficou estabelecido que, ao Brasil, caberia construir o trecho entre Porto Esperança e Corumbá da Noroeste do Brasil.

3.2. Particularidades da Zona de Fronteira Brasil-Bolívia

As fronteiras foram caracterizadas de diferentes maneiras na história do pensamento geográfico e importantes autores debruçaram-se sobre esse tema e, por diferentes contribuições, deixaram-nos significativas abordagens teóricas acerca desta questão que na atualidade ganha relevância.

Uma primeira distinção envolve o que seria fronteiras naturais e artificiais, as discussões sobre esta classificação perduraram durante toda a primeira metade do século XX. A primeira vincular-se-ia às barreiras naturais, como os rios e cadeias montanhosas que imporiam uma divisão territorial natural. Já as artificiais seriam produzidas pelos homens, levando em conta aspectos significativos de cada

sociedade e momento histórico. Contudo, segundo Costa, está comprovado historicamente que:

“Não existem fronteiras naturais nem naquela sua versão mais ingênua, que é a tentativa de associar ‘naturalmente’ o seu traçado a uma dada característica do relevo ou da hidrografia, por exemplo, nem naquela que pretende perenizá-la e sacralizá-la com argumentos diversos, tais como a ancestralidade das relações da comunidade com determinado território, ou os direitos consuetudinários sobre o mesmo, adquiridos ao longo da história ou, no limite, o presumido direito divino que legitimaria tais discursos”. (Costa, 2005, 14)

Assim, todas as fronteiras seriam artificiais por sua existência estar intimamente relacionada à constituição dos Estados soberanos e por ser resultado de um consenso, legitimado mediante tratados específicos envolvendo as partes interessadas. Pode-se concluir, então, que a utilização de formas de relevo ou hidrografia é apenas um meio de demarcação da linha de fronteira.

Conforme coloca Hartshorne, os limites internacionais estão ligados a um contexto histórico e cultural e “podem ser classificados de acordo com a paisagem cultural no momento de sua formação” (Hartshorne apud Steiman e Machado, 2002, 3).

Existem ainda, outras diferenciações e, neste sentido, uma importante observação recai sobre a definição de ‘limites’ que, segundo Martin:

“É reconhecido como linha e não pode, portanto, ser habitada, ao contrário da fronteira que, ocupando uma faixa, constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada onde os habitantes de Estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio” (Martin, 1992, 47)

As opiniões dos autores que tratam deste tema convergem no sentido de que a fronteira linear passou a existir com o advento do Estado Moderno desejoso de demarcar e controlar seu território.

Outra observação é em relação às fronteiras internas e externas que muitas vezes sinalizam para um jogo no qual, dependendo dos interesses dos Estados, pode torná-las mais ou menos rígidas, chegando mesmo ao ponto de transformarem-se completamente. Assim, “as ‘fronteiras externas’ podem tornar-se ‘internas’ a partir de esforços unionistas” e “as ‘internas’ podem tornar-se ‘externas’, a partir de movimentos secessionistas” (Martin, 1992, 53).

Normalmente, os estudos sobre fronteiras internacionais tratam mais da Europa e da América do Norte. Entretanto essa perspectiva tem se alterado devido às mudanças atuais na vida de relações cotidianas existente nas áreas fronteiriças. Hoje já presenciamos casos de dinamização das cidades gêmeas e grandes aglomerados urbanos bi-nacionais e tri-nacionais, como é o caso de Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina), que juntas formam um expressivo pólo econômico e populacional⁶. Associado a este novo cotidiano vivido nas escalas regional local, ainda devemos destacar o papel da integração regional em curso que redefinem as fronteiras, além do intenso processo migratório mundial. Todos esses fenômenos parecem afrouxar esses limites, conferindo um maior grau de permeabilidade na relação de vizinhança e na condução de política externa em geral.

⁶ Ver Roseira, Antonio Marcos. Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana, Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, 2006

As fronteiras no passado tinham uma característica puramente geopolítica, mas na atualidade acrescentam-se novas roupagens, com um fortíssimo caráter econômico, cultural e estratégico, do ponto de vista das novas logísticas regionais.

A idéia de que as fronteiras estão deixando de existir pode parecer, num primeiro momento, verdadeira, entretanto, olhando de forma mais criteriosa, vemos que:

“As novas fronteiras estão surgindo, as ‘inter-blocos’, e acrescentando-se, sem que as ‘nacionais’ tenham deixado de existir. Talvez apenas estejam deixando de ser externas para se tornar internas”. (Martin, 1992, 60)

Para Guichonnet & Raffestin, a linha – utilizada por eles como sinônimo de fronteira e esta entendida como uma construção do espírito, ou seja, uma abstração – é menos interessante que a Zona de Fronteira, visto que uma linha imaginária não permite que se vislumbrem os contrastes, as diferentes estruturas demográficas, econômicas e sociais. Para esses autores, a fronteira é um instrumento geográfico de diferenciação e, por conseqüência, de organização do espaço. (Guichonnet & Raffestin, 1974, 7 e 9)

Posto isto, podemos dizer que a dinâmica atual existente nas zonas fronteiriças deve ser analisada sob alguns aspectos, sendo eles: terra, trabalho, capital, prestação de serviços públicos ou privados, migração, etc. Nessa perspectiva, é correto apontar que, quando temos uma relação binacional ocorrendo entre países com mesmo grau de desenvolvimento, a dinâmica vivida nessas zonas é menor do que em relações entre países que apresentam grau de desenvolvimento diferenciado (Steiman & Machado, 2002, 12). Assim, a migração de pessoas⁷ e de capital obedecerá a este critério sendo mais intensa nos modelos indicados no segundo caso. Este é o quadro presente nos países que apresentam alto índice migratório como os Estados Unidos, que exercem a atração dos latino-americanos, sobretudo dos mexicanos. Esta configuração também vem se confirmando nas relações de vizinhança entre o Brasil e a Bolívia.

Podemos citar o caso de Guarajá-mirim a oeste de Rondônia, onde as agências bancárias recebem remessas de dinheiro dos bolivianos e brasileiros que residem na cidade gêmea de Guayaremerín. Tais remessas são justificadas pelo fato da economia brasileira ser, em comparação com a boliviana, mais equilibrada e por isso apresentar segurança, além do mercado financeiro brasileiro ser mais organizado, com melhores perspectivas de investimentos.

Já o movimento de brasileiros para a Bolívia justificar-se-ia por fatores como valor das terras e baixo custo da produção, da mão-de-obra e as menores restrições ambientais, atraindo, assim, principalmente os empresários.

As zonas de fronteira nos países da América do Sul não apresentam uma uniformidade na legislação, desta forma, a regulamentação existente num país não necessariamente ocorrerá em outro, sendo que alguns nem apresentam legislação. O Brasil rediscutiu esta questão desde a legislação de 1988, na qual determinou que a faixa de fronteira passasse de 100 para de 150 km a partir da linha. Já a Bolívia inseriu esse ponto em sua legislação em 1967, retomando o debate na reforma de 1994, e adotou como faixa 50 km a partir da demarcação⁸.

⁷ A questão migratória será tratada isoladamente no decorrer deste estudo

⁸ Informações extraídas do texto Brasil e América do Sul: Questões Institucionais de Fronteira de Rebeca Steiman no site www.igeo.ufrj.br acessado em 24/01/2008.

Abaixo segue o mapa 1 com destaque para a zona de fronteira, marcando os 50 km de faixa boliviana e os 150 km de faixa em território brasileiro e destacando também a ocorrência das cidades gêmeas na fronteira entre os dois países.

Mapa 1: Zona de Fronteira e Cidades Gêmeas



Definir a faixa de fronteira é importante por proporcionar o desenvolvimento nessas áreas de políticas públicas, que vão desde repasse de verba para melhoria de infra-estrutura, visando às melhores condições da população, até construções de eixos rodoviários e estudos para planejamento regional.

Atualmente, o Ministério da Integração Nacional mantém o Programa de Desenvolvimento para a Faixa de Fronteira – PDFF –, que desenvolve um importante papel político e econômico atuando interna e externamente, uma vez que os projetos em execução visam também à integração do subcontinente americano. O PDFF abrange 11 estados, 588 municípios e aproximadamente 10 milhões de pessoas e conta com financiamentos do Governo Federal, BNDES, Banco do Brasil e bancos estaduais⁹.

O Governo Federal entende a Faixa como área indispensável à Segurança Nacional e estabeleceu uma série de restrições ao uso das terras e recursos nessa região. Uma das linhas de atuação prioritária do programa é o desenvolvimento integrado das regiões que contêm cidades-gêmeas por apresentarem as maiores interações em aspectos como trabalho, fluxos de capital, terras, recursos naturais e serviços de consumo coletivo. Esta atuação beneficia as cidades de Brasiléia no Acre, Guajará-mirim no Amazonas, Cáceres no Mato Grosso e Corumbá no Mato Grosso do Sul. Todas apresentam sua correspondente em território boliviano, sendo Corumbá a porta de entrada dos imigrantes bolivianos, sobretudo dos ilegais.

A presença de bolivianos abrange, por exemplo, o estado de Rondônia, onde há estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades ligadas à produção agropecuária e madeireira, que extrapola o limite internacional em busca de madeiras nobres (Bolívia). O principal produto comercial é o café, seguido da extração de madeira em tora e do arroz. Abriga rebanho bovino, principalmente

⁹ Informações extraídas de Ministério da Integração Nacional. Cartilha do Programa de Desenvolvimento para a Faixa de Fronteira, Secretaria de Programas Regionais, Brasília, 2007 pelo site www.integracao.gov.br acessado em 14/02/2008.

voltado para a produção de leite “in natura” destinada ao mercado local e secundariamente como matéria-prima para os pequenos laticínios dispersos pela região. Outro potencial desta região é a produção especializada de banana e melancia.

Na porção central da fronteira ocupada pelo estado do Mato Grosso, a base produtiva é caracterizada pela diversidade, com destaque para o cultivo da soja, seguido do algodão e do extrativismo vegetal. E, finalmente, no Mato Grosso do Sul, a predominância econômica é da soja e do ecoturismo.

Segundo classificação desenvolvida pelo Grupo de pesquisa RETIS da Universidade Federal do Rio de Janeiro as cidades gêmeas Brasil/Bolívia dessa faixa apresentam as seguintes características:

Quadro 2: Cidades-gêmeas e formas de interação

Cidade brasileira	Cidade boliviana	Tipo de articulação	Tipo de interação
Brasília	Cobija	Fronteira fluvial com ponte	Apresenta alto grau de troca entre as populações fronteiriças. Os Estados têm atuado nesta região, beneficiando as trocas na fronteira, o maior exemplo desta intervenção foi a inauguração, em 2004, da Ponte Wilson Pinheiro.
Guarajá-Mirim	Guayaramerín	Fronteira fluvial sem ponte	As interações são do tipo local, com a ocorrência de feiras. O Estado atua pouco e a região não apresenta infra-estrutura de articulação transfronteiriça.
Cáceres	San Matias	Fronteira seca	As interações são do tipo local. O Estado atua pouco e a região não apresenta infra-estrutura de articulação transfronteiriça.
Corumbá	Puerto Saurez	Fronteira seca	As interações são do tipo local. A zona conta com infra-estrutura de articulação transfronteiriça, sendo a NOB e a E.F. Santa Cruz – Corumbá os maiores expoentes desta interação. Corumbá funciona como porta de entrada dos imigrantes bolivianos legais e ilegais.

Fonte: Ministério da Integração Nacional e Grupo Retis/UFRJ, adaptado por Vivian Merola

Estas são as características marcantes da zona de fronteira Brasil-Bolívia. Caso se concretizem, os projetos previstos para a definitiva integração subcontinental dará a essas cidades maior dinamismo e interação. Conforme o IIRSA, corredores bi-oceânicos atravessarão esta faixa facilitando ainda mais as trocas de mercadorias, capitais e pessoas.

3.3. Integração Energética

A integração energética é, atualmente, uma importante conexão entre Brasil e a Bolívia. A materialização desta integração pode se conferir na realização do gasoduto Brasil-Bolívia, o GASBOL, que começou a ser construído em 1997 e o início de suas atividades datam de 1999. O GasBol tem uma extensão de 3.150 km, seu traçado inicia-se em Santa Cruz de La Sierra e estende-se até o Rio Grande do Sul. O valor investido foi de US\$ 1,7 bilhões. Os financiamentos do gasoduto foram contratados pela Petrobrás junto a Agências de Crédito à Exportação, como o Japan Bank for International Cooperation, do Japão, o Mediocredito, da Itália e o

BNDES/FINAME, do Brasil. Posteriormente, com a criação da TBG, empresa que administra a porção brasileira do gasoduto, estes financiamentos foram repassados e novos recursos foram contratados junto a instituições como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporación Andina de Fomento (CAF) e o Banco Europeu de Investimentos (BEI).

O gasoduto tem capacidade de transportar 30 milhões de m³ de gás por dia, segundo a Petrobrás, contudo esta capacidade ainda não foi atingida, estando prevista para 2019.

Em maio de 2006, o governo boliviano, visando a cumprir suas metas de campanha, nacionalizou as reservas de gás natural e as atividades de exploração e refino de petróleo, atividades anteriormente desenvolvidas pela Petrobrás e outras concessionárias. Contudo a postura adotada pelo governo boliviano não se traduziu em expropriação e expulsão, mas visou a redefinir a forma como vinha sendo extraído o recurso natural. Os resultados diretos desta ação foram: 1) a renegociação dos contratos entre governo e empresas com estabelecimento de novas regras para manterem sua presença em território boliviano; e 2) Aumento significativo na arrecadação tributária, pois antes da medida o governo arrecadava cerca de 300 milhões de dólares pela a exploração do gás e do petróleo e em 2007 alcançou a cifra de 1,6 bilhão.¹⁰

É certo que a falta de tecnologia adequada e também de investimentos têm revelado uma incapacidade da empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos YFPB em cumprir os contratos firmados com o Brasil e Argentina no abastecimento de gás, obrigando o governo a pedir mais ajuda e investimentos da Petrobrás na liberação do gás para o consumo¹¹.

3.4. Relações de vizinhança – as migrações

As migrações entre o Brasil e a Bolívia não se configuram como fenômeno recente, entretanto vemos, a partir da década de 1990, uma intensificação deste processo. Conforme mencionamos em momento anterior, a migração está intimamente relacionada à condição econômica existente entre o país de origem e o de destino. No caso boliviano, vemos uma expressiva disparidade econômica em comparação com seus vizinhos, o que faz que a Bolívia seja, para a América do Sul, um grande emissor de mão-de-obra, não apenas de trabalhadores não qualificados, como também de profissionais formados em nível superior. Entretanto devemos destacar que atualmente este país também tem se configurado como pólo de atração de capitais e pessoas, principalmente no setor agroindustrial e energético.

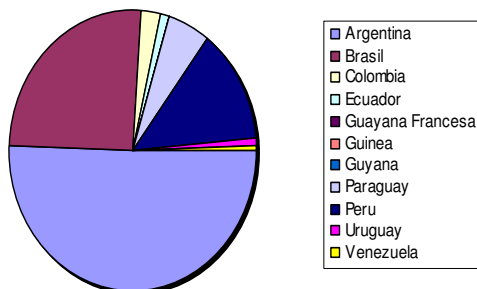
Segundo o censo boliviano de 2001, existiam na Bolívia, em condição legal, cerca de 30.196 imigrantes oriundos da América do Sul. Deste total, 7.740 eram brasileiros e representavam o segundo maior grupo de migrantes no país, ficando atrás apenas dos argentinos, que contavam com 15.271 migrantes, conforme indicação do gráfico1.

¹⁰ Informações extraídas do artigo “*Bolívia: o contra ataque das elites*”, publicação eletrônica do Le Monde Diplomatique, edição de 15 fevereiro de 2008, site: <http://diploma.uol.com.br>.

¹¹ A Bolívia também conta com expressiva ajuda da estatal venezuelana de petróleo, a PDVSA, que está firmando acordos para a implantação de refinarias e usinas de processamentos na Bolívia, na Argentina e no Brasil

Gráfico 1

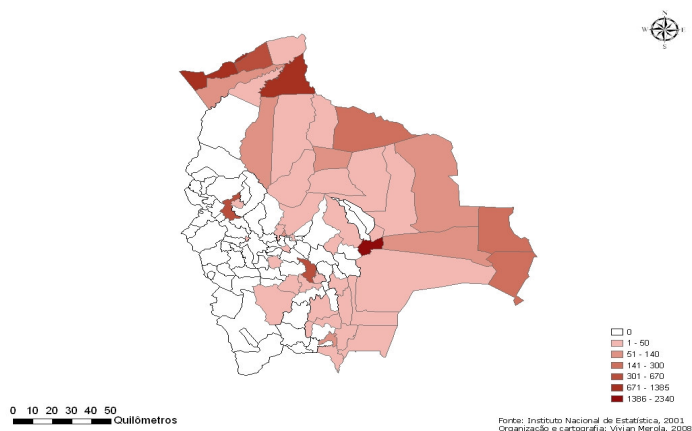
Migrações sul-americanas para Bolívia



Fonte: Instituto Nacional de Estatística da Bolívia - INE (www.ine.gov.bo), adaptado por Vivian Merola

Hoje, a Bolívia conta com a presença de brasileiros dos ramos agrícola e pecuarista em quase todos os municípios da “Media Luna”, os quais apresentam condições propícias para o desenvolvimento das atividades relacionadas, principalmente, à soja e à pecuária. Os maiores índices de ocupação são registrados nos Departamentos de Santa Cruz, Pando e Beni. No mapa 2, fica destacada a grande presença de brasileiros nesses departamentos que estão na fronteira com o Brasil.

Mapa 2: Distribuição Espacial dos brasileiros na Bolívia



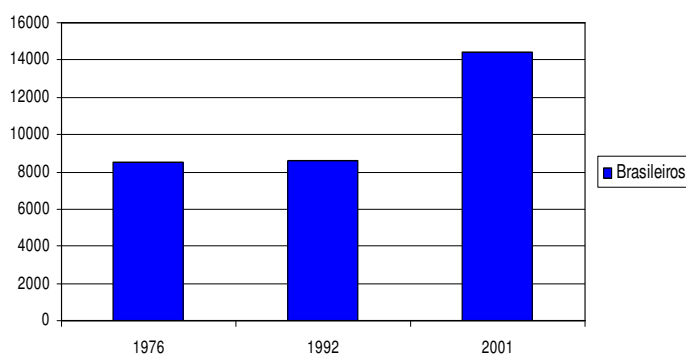
Como já mencionado, muitas são as motivações que geram esses deslocamentos, entretanto, quando se trata dos empresários do setor agroindustrial, elas estão ligadas primeiramente à expansão da fronteira agrícola brasileira, que encontra, no país vizinho, áreas com potencial produtivo pouco ocupadas, ou seja, com baixíssima densidade populacional, seguido por aspectos como preço da terra, baixo custo da mão-de-obra e maior flexibilidade na legislação (trabalhista, ambientais, etc.). Entretanto a Bolívia não tem atraído apenas os grandes produtores de soja e gado, mas também uma população pobre do norte do Brasil que vem ocupando, principalmente, as terras de Pando, atingindo o território boliviano através da fronteira entre Brasiléia e Cobija. Segundo o Estado de São Paulo, esta região

abriga cerca de mil famílias, a maioria em condição ilegal. Para essas famílias que vivem em situação de miséria, as novas políticas de Evo Morales que visam a “resgatar a soberania na fronteira” também proíbem estrangeiros vizinhos de terem terras nessa área, fato que significa uma ameaça constante de expulsão e retorno ao Brasil. Percebe-se que as tensões entre brasileiros e o governo central têm se concentrado, sobretudo, no departamento de Pando, onde vivem os brasileiros sem recursos e terras. Já em Santa Cruz, conflitos dessa natureza são menos evidentes, sendo comuns acusações, por exemplo, de que empresários brasileiros apoiariam movimentos separatistas nesse departamento.

O número de brasileiros vivendo na Bolívia aumentou muito no início dessa década. Segundo dados da CEPAL, entre a década de 70 e 90, essa migração foi estável. O censo boliviano de 1976 indicava a presença de 8.492 brasileiros, em 1991 esta quantidade subiu para 8.586 e em 2001 foram contabilizados 14.428 brasileiros em território boliviano. Obviamente, devemos ter em conta que estas são as estatísticas referentes aos brasileiros que estão em condição legal, contudo existe ainda uma quantidade de brasileiros não contabilizados em condição ilegal.

Gráfico 2

Presença de brasileiros na Bolívia



Fonte: CELADE/IMILA, adaptado por Vivian Merola

Como visto, o Departamento de Santa Cruz é o mais importante do país. Ele apresentava em 2001 uma população de 2.029.471 pessoas, das quais 1.135.526 residiam na capital Santa Cruz de la Sierra, situada no oeste do departamento, a quase 600 km de distância da fronteira com o Mato Grosso do Sul/Brasil. De maneira geral, a população de Santa Cruz concentra-se na parte ocidental do departamento, deixando uma fronteira muito pouco ocupada e integrada. A província de Germán Busch, que faz divisa com o Mato Grosso do Sul, tem somente 33.006 habitantes. Dentro desta província, observa-se uma concentração na linha da fronteira, nas duas cidades, Puerto Suárez e Puerto Quijarro, em que se contam respectivamente 11.594 e 8.963 habitantes¹².

É importante destacar que, de maneira geral, na “Media Luna” existe a maciça predominância de latifúndios, fato que se repete em Santa Cruz, pois a zona intermediária, entre a capital e o vasto vazio da fronteira, apresenta uma extensão de 100 a 200 km a leste e é um espaço de colonização internacional, sobretudo de brasileiros e japoneses, que se especializaram na produção de soja.

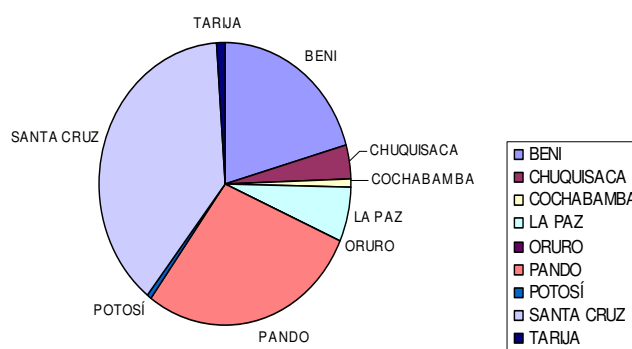
¹² Dados obtidos pelo censo boliviano de 2001, disponível no site www.ine.gov.bo

Segundo o trabalho “Mobilidade Populacional e Migração no Mercosul: a fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai” de um grupo de pesquisa do NEPO/UNICAMP, temos que:

“No caso da migração brasileira na Bolívia, o departamento de Santa Cruz concentra 50,3% da migração total brasileira (INE, Censo 2001). A concentração se repete dentro do departamento em duas áreas distintas: na província ocidental de Andrés Ibañez, onde se encontra a capital Santa Cruz de la Sierra, e nas duas províncias da fronteira, Germán Busch e Angel Sandóval.” (Carmo, Souchaud & Fusco, 2007,10).

Gráfico 3

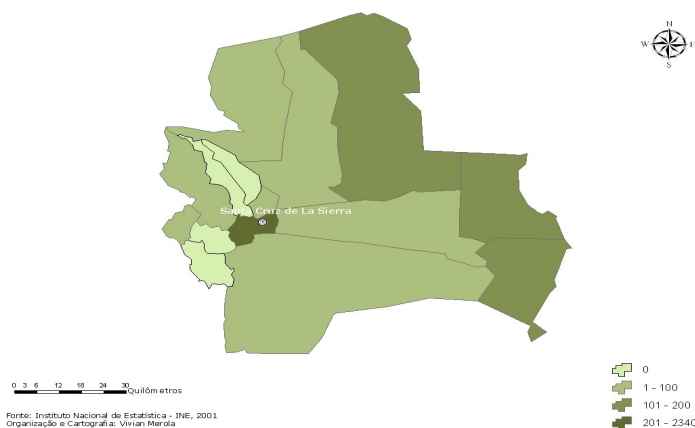
Brasileiros na Bolívia - Divisão por Departamentos



Fonte: Instituto Nacional de Estatística da Bolívia - INE (www.ine.gov.bo), adaptado por Vivian Merola

O censo de 2001 indica que, no departamento de Santa Cruz, havia 2.963 brasileiros e, desses, 2.338 estão no município de Santa Cruz de La Sierra, conforme indica o mapa 3:

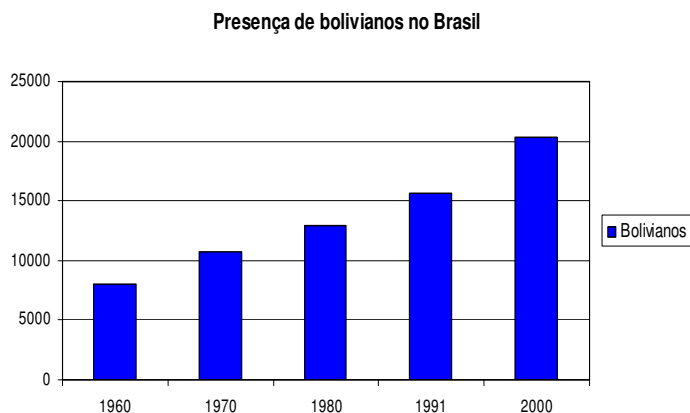
Mapa 3: Concentração de brasileiros em Santa Cruz



Outro expressivo fluxo migratório ocorre da Bolívia para o Brasil. Normalmente os bolivianos partem de La Paz, de Santa Cruz de la Sierra e de pequenas comunidades de tradição agrícola e viajam até a cidade de Corumbá/MS para pegar um ônibus que os trará até São Paulo. Chegando aqui, vão trabalhar nas confecções de roupas localizadas nos bairros do centro da cidade e em outras regiões.

Em 1960, contabilizavam-se no Brasil 8.049 bolivianos em situação regular. Em 1980, este número era de 12.980 e, no censo de 2000, o IBGE registrou 20.374. Entretanto é sabido que, desde o início do ano 2000, a comunidade boliviana não pára de crescer em alguns estados. São os imigrantes ilegais que vão trabalhar, sobretudo, nas máquinas de costura das confecções pertencentes a coreanos e bolivianos. Uma das representantes da comunidade em São Paulo calcula a existência de cerca de 85 mil bolivianos só na RMSP, sendo que desses, somente metade encontra-se em situação legal¹³.

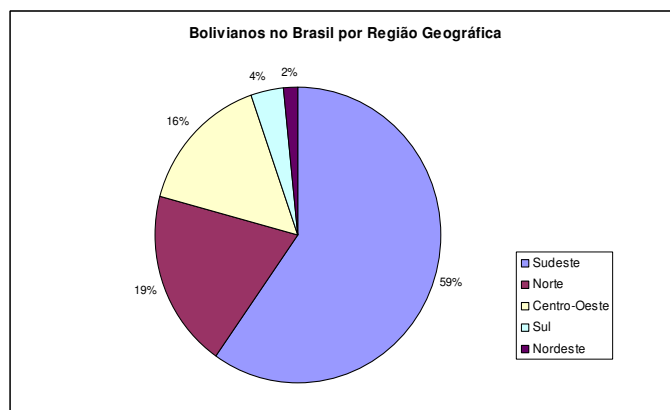
Gráfico 4



Fonte: CELADE/IMILA, adaptado por Vivian Merola

Os bolivianos espalham-se por outras regiões e estados, principalmente nos que fazem fronteira com a Bolívia. Conforme indicação do gráfico 5, eles estão, majoritariamente, no Sudeste, mas 19% ocupam as terras da região Norte e 16% estão no Centro-Oeste. A distribuição espacial desses migrantes também pode ser conferida no mapa 4. Estão em maior número no estado de São Paulo, mas podemos identificá-los em Rondônia, Rio de Janeiro, sobretudo na RMRJ, Mato Grosso do Sul, Acre e Mato Grosso.

Gráfico 5



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000, adaptada por Vivian Merola

¹³ Informações obtidas em entrevista realizada em 18/02/2008 com Ruth Kabdala, advogada, brasileira, filha de imigrantes bolivianos. A entrevista foi realizada no escritório da advogada, situado na Rua Voluntários da Pátria, 2335, Santana, São Paulo.

Dentro de São Paulo, os imigrantes concentram-se nas cidades que abrigam oficinas de confecções, como Americana, Araçatuba, Bauru, Indaiatuba, Nova Odessa, Santa Bárbara D'Oeste, São Roque e Sumaré, além da ocupação em toda a grande São Paulo.

Mapa 4: Bolivianos no Brasil



Atualmente, a mídia brasileira tem divulgado várias informações acerca da situação de trabalho desses bolivianos, apontando para a exploração a que esses trabalhadores são submetidos, uma vez que trabalham de 15 a 17 horas por dia de segunda a sábado, recebendo alguns centavos por peça de roupa produzida.

A organização do trabalho nas oficinas de costura que pertencem a bolivianos segue uma configuração muito semelhante aos ayllus¹⁴ tradicionais da Bolívia. De acordo com a explicação dada pela Dra. Ruth Kabdala¹⁵, os bolivianos residentes no Brasil não vêem sua situação de trabalho como escrava ou exploratória. Acreditam que trabalham em cooperação com os demais bolivianos e não aceitam que pessoas os apontem como escravos, semi-escravos ou explorados.

Conforme relatado em entrevista, o conceito de família dos bolivianos é muito amplo, eles entendem por família, primos de todos os graus, esposas de primos, cunhados, sobrinhos, tios, etc. Desta forma, a imigração se dá primeiro pela vinda de um casal, ou somente do homem e à medida que começa a obter êxito, ganhar um pouco de dinheiro ele traz o restante da família para ajudar no trabalho, visando a aumentar a renda familiar.

Recentemente, o jornal Folha de São Paulo reservou um caderno especial para tratar dessas questões, o artigo teve a intenção de denunciar as condições de

¹⁴ Ayllus - organização tradicional que se caracterizam por ser uma comunidade camponesa ligada por laços de parentesco e conta com a unidade família como força de trabalho

¹⁵ Entrevista realizada em 18/02/2008, com a Dra. Ruth Kabdala. Atualmente, presta serviços de assessoria jurídica na Pastoral do Migrante em São Paulo.

moradia, trabalho e remuneração praticadas, tais colocações e relatos chocaram os leitores, entretanto a comunidade boliviana ressentiu-se e conseqüentemente os bolivianos fecharam-se na comunidade. Segundo apontou a Dra. Ruth, os maiores desconfortos residiram na visibilidade gerada, que não é positiva, pois quanto maior a exposição pior será para os indocumentados e também pelo fato de que, para eles, a organização do trabalho é justa, sendo o empregador um parente que deseja contribuir com o empregado para alcançar uma condição de vida diferente da realidade boliviana, muitas vezes de miséria.

Visando a resolver os problemas migratórios entre os dois países, os governos da Bolívia e do Brasil assinaram, em 15 de agosto de 2005, um Acordo sobre a Regularização Migratória. Este acordo não se configurou como anistia, mas uma forma de legalizar a situação de migrantes de ambas as partes que entraram no país vizinho até a data do acordo. Não se têm dados de quantos bolivianos beneficiaram-se desse acordo, mas estima-se que foram aproximadamente 15 mil. Se pensarmos que existe só em São Paulo um número de 30 a 40 mil ilegais, podemos inferir que a medida beneficiou poucos. Tal situação justifica-se, pois nenhum dos dois governos aceitou retirar as multas e taxas cobradas para o processo, só a multa por estar ilegal no Brasil é de R\$ 828,00 mais as taxas, todo o procedimento custaria cerca de R\$ 1.000,00, valor proibitivo para a renda dos que ganham por peça de roupa produzida. Do lado boliviano, de acordo com as informações obtidas em entrevista, a multa gira em torno de US\$ 1.000,00, mais taxas.

No Brasil, existem duas formas para o boliviano obter o visto permanente. Uma é através de casamento com brasileiros, fato raro de acontecer, sobretudo entre a população de trabalhadores não qualificados. A outra é tendo filhos em território brasileiro, contudo, segundo estimativas feitas pela Dra. Ruth Kabdala a partir da consultoria jurídica prestada na Pastoral do Migrante, de cada 10 casais bolivianos com filhos brasileiros, 2 buscam regularizar sua situação até o primeiro ano de vida da criança, 6 esperam até o quarto ou quinto ano e 2 nem procuram a regularização.

Este é o panorama das migrações que vivenciamos entre o Brasil e a Bolívia, ambos apresentam relações de trabalho extremamente gratificantes para alguns grupos, como os agroindustriais no oriente boliviano e, em alguma medida, desumanos para outros, como os costureiros da região central de São Paulo. Acentuam-se as divergências sociais e econômicas presentes nos dois países, mas respondendo às dinâmicas geradas pelos diferentes graus de desenvolvimento de ambos os países.

Acreditamos ser a migração o nó mais difícil nas relações de vizinhança dos dois países, pois não existem meios de sanar completamente essa situação, assim o que pode ser feito são acordos diplomáticos que tornem o processo migratório legalizado. Outra possível solução, mas de longo prazo, seria apoiar o desenvolvimento econômico boliviano para tornar a condição de vida da população mais equilibrada em relação aos países da América do Sul, diminuindo, naturalmente, o fenômeno migratório.

4. Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo compreender as relações de vizinhança, no âmbito da integração sul-americana, que envolve o Brasil e a Bolívia. Para apreender tal questão, foi necessário fazer um levantamento bibliográfico diversificado, lançando mão de materiais com as mais diversas origens. Assim, fomos levados a usar autores da geografia, da geografia política, da história, cientistas políticos, diplomatas, jornalistas,

enfim, uma série de trabalhos que nos dessem subsídios para compreender a pluralidade envolvida no tema pretendido.

Todos esses processos aqui examinados estão intimamente ligados ao processo de integração em curso na América do Sul e o envolvimento entre esses dois países parece ganhar maior peso na atualidade devido a fatores estratégicos para a consolidação desse bloco regional.

A abordagem histórica destinada à Bolívia e ao Centro-Oeste evidenciou o quanto as relações sempre tiveram uma função estratégica, uma vez que os pensadores da geopolítica brasileira viam na ocupação do centro-oeste e na interação com o vizinho formas de assegurar a influência do país na região.

A questão energética também estimulou a aproximação entre esses dois países, consolidando mais um importantíssimo referencial nas suas relações. A integração energética ainda é um tema quente e em pauta na política externa de ambos, pois existe uma mútua dependência, do Brasil pelo gás boliviano e da Bolívia pelo conhecimento tecnológico e investimentos de capital. Tal situação exige que os países atuem no cenário político com expressiva cautela, visando sempre à Integração em andamento no subcontinente.

Por fim, a análise acerca do fluxo migratório nos leva a constatar que a pretendida integração não apresenta uma dimensão apenas econômica e política, acrescentando-se a estas uma dinâmica social. A migração revela-se como fenômeno pulsante na vida de relações entre os dois países e revelam, sobretudo, as suas enormes desigualdades que são, em ambos os casos, internas e externas.

5. Referências Bibliográficas

Baeninger, Rosana. “Brasileiros na América Latina: o que revela o projeto IMILA-CELADE”. In. Migrações Internacionais Contribuições para Políticas, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, Brasília, 2001.

_____. La migración internacional de los brasileños: características y tendencias. Santiago do Chile, CEPAL, 2002 (Série Población y Desarrollo 27)

Camargo, Alfredo Jose Cavalcanti Jordão de. Bolívia - A Criação de um Novo País a Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações pré-Colombianas a Evo Morales — Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 2006

Carmo, Roberto Luiz do; *Souchaud*, Sylvain.; *Fusco*, Wilson. “Mobilidade populacional e Migração no Mercosul: a fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai”. In XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belém, 2007

Costa, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo, Edusp, 1992

_____. “Políticas territoriais brasileiras no contexto da integração sul-americana”. Revista Território, Rio de Janeiro, v. 7, 1999

_____. “Política e território em tempos de mudanças globais”. Tese de livre-docência, São Paulo, FFLCH/USP, 2005.

_____. “O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração”. In: Rizzo, Eliézer (org). Segurança e Defesa Nacional: da Competição à Cooperação. São Paulo: Memorial da América Latina, 2007.

Diniz, Bernardo Palhares Campolina. O Grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia, Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 2006

Foucher, Michel. *Fronts et Frontières. Um tour du monde géopolitique*. Paris, Fayard, 1988.

Gonçalves, Lopes. *Fronteira Brasiléo-Boliviana pelo Amazonas*. Manaus, Edições Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de estado da cultura, turismo e desporto, 2001.

Guichonnet, Paul & *Raffestin*, Claude. *Geographie des Frontières*, Paris, PUF, 1974

Machado, Lia Osorio. Sistemas, Fronteiras e Territórios. UFRJ, 2002. Documento Disponível em www.igeo.ufrj/fronteiras

Machado, Lia Osorio e Steiman, Rebeca. Limites e fronteiras internacionais, uma discussão histórico-geográfica. UFRJ, 2002. Documento disponível em www.igeo.ufrj/fronteiras

Maira, Luis. “Perspectivas das relações entre Chile e Bolívia”. In Revista DEP: Diplomacia Estratégia e Política, n° 05 (janeiro/março/2007), Brasília: FUNAG, pp 40 – 56

Martin, André Roberto. *Fronteiras e nações. Para que servem as fronteiras. A questão nacional. Marcos geográficos e marcos políticos*. São Paulo, Contexto, 1992.

Ministério da Integração Nacional. Cartilha do Programa de Desenvolvimento para a Faixa de Fronteira, Secretaria de Programas Regionais, Brasília, 2007, disponível no site www.integracao.gov.br, acessado em 14/02/2008.

Morales, Evo. “Bolívia, fator de integração”. In. Revista DEP: Diplomacia Estratégia e Política, n° 04 (abril/junho/2006), Brasília: FUNAG, pp 16 – 27.

Queiroz, Paulo Roberto Cimó. Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX, Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1999

Raffestin, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo, Ática, 1993.

Rocha, Maurício Santoro. “A outra volta do bumerangue: estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia(1952-2006)”. In *Bolívia: de 1952 ao século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007. (Coleção América do Sul)

Roseira, Antonio Marcos. Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana, Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, 2006.

Silva, Sidney Antonio da. Costurando Sonhos: Trajetória de um grupo de bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997

Travassos, Mario Projeção continental do Brasil. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1935.